

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.289 - SP (2019/0316099-9)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : JOSE BENEDITO PROTTO
ADVOGADO : GERALDO JOSÉ URSULINO - SP145484
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ BENEDITO PROTTO, com fulcro nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ fl. 55):

Acidentária Autor beneficiário de auxílio-suplementar desde 22.11.1980 Aplicação da Lei nº 6.367/76 Concessão de aposentadoria por tempo de contribuição em 22.07.1996 Cessação administrativa do auxílio-suplementar de 20% - Aplicação do princípio do '*tempus regit actum*' Impossibilidade de cumulação dos benefícios Inteligência do art. 9º, parágrafo único, da lei nº 6.367/76. Estando, o obreiro, em gozo de aposentadoria desde 1996 e, sendo beneficiário de auxílio-suplementar, concedido sob a égide da Lei 6.367/76, impossível a cumulação dos benefícios diante da proibição contida no art. 9º, parágrafo único, da lei supra referida. Aplicação do princípio "*tempus regit actum*".

Dou provimento ao recurso oficial para julgar o pedido improcedente.

Foram rejeitados os aclaratórios (e-STJ fls. 69/72).

Nas suas razões, o recorrente dissídio jurisprudencial com o art. 86 da Lei n. 8.213/1991, ao argumento de ser devida a cumulação de auxílio-acidente e aposentadoria concedida antes da vigência da Lei n. 9.528/1997.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 111). Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal de origem consta às e-STJ fls. 122/123.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC de 2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo n. 3).

Dito isso, verifica-se dos autos que foi deferido auxílio-suplementar ao obreiro em 22/11/1980, o qual foi aposentado em 22/07/1996 (e-STJ fl. 2 e 41).

A solução do litígio pressupõe firmar-se na premissa de que o auxílio-suplementar previsto na Lei n. 6.367/1976 foi transformado em auxílio-acidente a partir da vigência da Lei n. 8.213/1991, o qual era vitalício e, por isso, não integrava o salário de contribuição de eventual aposentadoria.

Para efeito de cumulação dos aludidos benefícios, este Tribunal Superior Tribunal tem decidido ser possível, desde que ambos tenham sido concedidos antes do advento da Lei n. 9.528/1997. Isso porque tal diploma legal excluiu a vitaliciedade do benefício acidentário e o incluiu na base de cálculo dos proventos de inatividade, vedando, assim, a sua percepção conjunta. É o que se lê dos seguintes arestos:

PREVIDENCIÁRIO. ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. CONCESSÃO DA APOSENTADORIA APÓS A ALTERAÇÃO DO ART. 86 DA LEI N. 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO TEXTO CONSTITUCIONAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE.

1. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.296.673/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, sob o regime do art. 543-C do CPC, consolidou entendimento no sentido de que somente se revela possível a acumulação de auxílio-suplementar (auxílio-acidente) com aposentadoria, quando a lesão que deu origem ao benefício acidentário e o início da aposentadoria sejam anteriores à alteração do art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei 8.213/1991.

2. Na hipótese, não obstante a lesão incapacitante tenha ocorrido em 1996, portanto, anteriormente ao marco legal acima exposto, a aposentadoria por tempo de contribuição foi concedida apenas em 27/5/2009.

3. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, ainda que para fins de prequestionamento, examinar na via especial suposta violação a dispositivo constitucional, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1566856/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 09/03/2016).

PREVIDENCIÁRIO. CUMULAÇÃO DE AUXÍLIO-SUPLEMENTAR COM APOSENTADORIA CONCEDIDA ANTES DO ADVENTO DA LEI 9.528/97. POSSIBILIDADE.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de que o auxílio-suplementar, previsto na Lei 6.367/76, foi incorporado pelo auxílio-acidente, após o advento da Lei 8.213/91. Tendo a aposentadoria sobrevivendo em data anterior à Lei 9.528/97, que vedou a possibilidade de cumulação dos benefícios, a regra proibitiva não a alcança. Inteligência do REsp 1.296.673/MG (Representativo de Controvérsia). Precedentes do STJ.

2. *In casu*, sendo a DIB do auxílio-suplementar 05.9.1990 e tendo o segurado se aposentado em data anterior à vigência da Lei 9.528/1997, não lhe alcança a proibição de acumulação de benefício acidentário com qualquer espécie de aposentadoria do regime geral, em observância ao princípio do *tempus regit actum*.

3. Recurso Especial provido.

(REsp 1504430/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 30/06/2015).

Diante desse contexto, o acórdão recorrido deve ser reformado a fim de se adequar à jurisprudência desta Corte.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para restabelecer a sentença.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator